



# PREFEITURA DE VALINHOS

Ofício nº 940/2013-DTL/SAJI/P

Valinhos, em 25 de outubro de 2013.

Ref.: **Requerimento nº 1096/13-CMV**  
**Vereador João Moysés Abujadi**  
**Processo administrativo nº 14.775/13-PMV**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Atendendo à solicitação contida no requerimento supra epigrafado, de autoria do Vereador João Moysés Abujadi, consultada a área competente da Municipalidade, encaminho a Vossa Excelência os esclarecimentos aos quesitos formulados, como seguem:

1. Aderiu o município de Valinhos ao Programa de Prevenção e Preparação para Desastres – PPED do Governo Federal, que disponibiliza recursos através de convênio próprio?

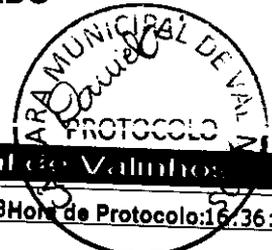
**Resposta:** Encaminho em anexo as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Apoio à Defesa Civil, relatando o plano preventivo de defesa civil adotado em Valinhos.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e já patenteados respeito.

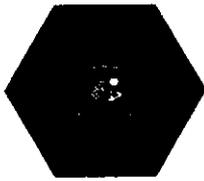
  
**CLAYTON ROBERTO MACHADO**  
Prefeito Municipal

Anexo: 14 folhas.

A  
Sua Excelência, o senhor  
**LOURIVALDO MESSIAS DE OLIVEIRA**  
Presidente da Egrégia Câmara Municipal  
Valinhos

  
Câmara Municipal de Valinhos

Número de Protocolo <b>01684/2013</b>	Data de Protocolo: 29/10/2013 Hora de Protocolo: 16:36:00
	Interessado: PREFEITURA DE VALINHOS
	Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
	Espécie: REQUERIMENTO
	Número: OF.940/13-DTL/SAJI/Pdo Documento: 25/10/2013
	Assunto: REQUERIMENTO Nº 1096/13-CMV, VEREADOR JOÃO MOYSÉS ABUJADI. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.775/13-PMV



**DEFESA CIVIL  
VALINHOS - SP**

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS  
DEFESA CIVIL**

**Valinhos, 23 de Outubro de 2013.**

**C.I. Nº 116/2013**

**DE: Departamento de Coordenadoria de Defesa Civil**

**PARA: Secretario de Assuntos Jurídicos e Institucionais**

**A/C. Sr Claudio Roberto Nava**

Conforme CI nº 1107A/13-DTL/SAJ, segue resposta do requerimento nº 1096/13 do (proc.14.775/13).

Ao ensejo renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

**Atenciosamente**

  
**Edilson Bruscalin**  
Diretor  
Defesa Civil de Valinhos

Na prevenção e gerenciamento de desastres naturais ou provocados, a Defesa Civil de Valinhos tem realizado diversas atividades,

A Coordenadoria de Defesa Civil de Valinhos, esta inserida na Campanha Internacional para redução de Desastres (ONU) e atualmente apenas 06 cidade do Estado de São Paulo, conseguiram cumprir todos os passos do primeiro ciclo da ONU. Esse programa consiste em capacitar agentes e principalmente a comunidade em Defesa Civil e visa atender todas as ações de desastres e calamidade, por isso encaminhamos ao senhor vereador para análise do programa internacional e seu parecer.

Em suas considerações, enviamos ao vereador nosso Plano Preventivo de Defesa Civil para conhecimento. Informamos que nossa coordenação se faz pelo AGEMCAMP, e estamos sincronizados com a Casa Militar do Estado, onde localiza a DEFESA CIVIL ESTADUAL.

Existem outros convênios federais e estaduais que essa coordenadoria esta se credenciando em conjunto com outras secretarias para viabilizar o projeto necessário na execução de obras que venham reduzir as áreas de riscos existentes em nosso município.

É importante salientar, que recebemos em abril o Relatório Técnico do governo do estado para que sejam inseridos os pedidos aos órgãos competentes como exemplo, á Secretaria Nacional de Defesa Civil/SEDEC que trabalha com duas modalidades de transferências de recursos: transferências obrigatórias e transferências voluntárias ou convênios.

Os convênios ou transferências voluntárias são realizados por meio do Portal de Convênios/SICONV e se destinam a ações preventivas de desastres como a execução de projetos e obras para redução de riscos de enchentes, enxurradas, alagamentos, deslizamentos, processos erosivos e escassez hídrica. Também há possibilidade de solicitação de recursos para a confecção de estudos e planos que objetivem a redução de risco. Para pleitear esse tipo de recurso o ente deve enviar proposta para análise no Siconv, sendo indispensável à apresentação de informações que configurem o objeto proposto como ação preventiva a desastres, por isso nosso relatório é de grande valia para elaboração de projetos que estão em andamento, de acordo com INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, e esses recursos serão gerados mediante planejamento em conjunto com a secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Secretaria Jurídica, Secretaria de Convênios e Gabinete do Prefeito.

Segue também para esclarecimento nosso programa internacional de Resiliência que contempla a captação de recursos e convênios.

**PLANOS PREVENTIVOS DE DEFESA CIVIL (PPDC)**



Os Planos Preventivos de Defesa Civil (PPDC) correspondem a um conjunto de medidas para prevenção de acidentes, já que tem o objetivo de reduzir (ou até eliminar) as consequências sócias econômicas.

Os PPDC visam estabelecer, a partir de critérios técnicos, uma sequência de procedimentos para atuar em casos de iminência de ocorrência de um acidente.

Os PPDC, também visam permitir a implantação de medidas anteriores à ocorrência de acidentes, reduzindo a possibilidade de serem registradas perdas de vidas humanas e criando condições para a convivência com as situações de risco, em níveis relativamente seguros para a população ameaçada, instrumentos de ação que permitem eliminar e reduzir as possibilidades de registro de perda de vidas humanas e de vultosos prejuízos econômicos decorrentes de acidentes; são deflagradas medidas preventivas, anteriormente à ocorrência dos processos; não evitam a ocorrência dos processos, e sim de suas consequências.



# PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL (PPDC) PARA DESLIZAMENTOS, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

EDUARDO SOARES DE MACEDO<sup>1</sup>

JAIR SANTORO<sup>2</sup>

REGINA ELSA ARAÚJO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Av. Prof. Almeida Prado, 532, São Paulo, SP, CEP 05508-901

<sup>2</sup>IG – Instituto Geológico

Av. Av. Miguel Stéfano, 3.900, São Paulo, SP, CEP 04301-903

<sup>3</sup>REDEC – Coordenadoria Regional de Defesa Civil da Baixada Santista

Av. São Francisco, 128, Santos, SP, CEP 11013-200

esmacedo@ipt.br; jsantoro@igeologico.sp.gov.br

---

MACEDO, E. S.; SANTORO, J.; ARAÚJO, R. E. Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) para deslizamentos, Estado de São Paulo, Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 1., 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 908-919. (CD-ROM)

---

## RESUMO

Este artigo apresenta o Plano Preventivo de Defesa Civil específico para escorregamentos. Esse Plano é operado em 51 cidades do estado de São Paulo, que se localizam na Baixada Santista, Litoral Norte, Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e regiões de Campinas, Sorocaba e ABCD. O sistema tem como pressuposto a chuva como principal agente deflagrador. A partir daí, as correlações chuva x escorregamentos foram montadas obtendo-se valores acumulados em 3 dias que variam entre 80 e 120mm dependendo da região. A partir do acompanhamento desse parâmetro, as equipes realizam vistorias nas áreas de risco à procura de indícios de instabilidade das encostas e taludes. A ocorrência desses indícios deflagra a remoção preventiva e temporária da população afetada. O sistema tem apresentado bons resultados, desde a sua implantação em 1988.

## ABSTRACT

This paper presents the Civil Defense Preventive Plan for landslides. The Plan is operated in 51 municipalities in São Paulo State, involving landslide risk sites located in different regions of the state: Baixada Santista, Litoral Norte, Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira and Campinas, Sorocaba and ABCD regions. The warning system monitors the rainfalls as the triggering agent of the landslide process. Triggering values of 80mm to 120mm of accumulated rainfalls for 3 days were achieved after studies of correlation between rainfalls and landslides. During the operation of the plan in every summer season, local civil defense staffs are sent to the risk areas looking for evidences of slope instability. Depending on the results of the field investigation, emergency achieves consisted of temporary relocation of the people living in the areas are undertaken. This plan has been successfully operated since 1988.

## 1 INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização vivido no País nas últimas duas décadas, a falta de recursos e de políticas habitacionais permanentes e uma crise econômica duradoura, têm levado à ocupação de áreas geologicamente desfavoráveis, principalmente pelas populações mais empobrecidas, resultando em graves situações de risco.

As favelas constituem-se exemplos drásticos dessa realidade. Apenas na cidade de São Paulo existem mais de 2000 favelas, segundo levantamento recente.

Embora não existam dados oficiais que possibilitem uma análise quantitativa mais acurada das conseqüências dos acidentes ambientais no Brasil, e em particular, os de

origem geológica, a análise de informações extraídas dos noticiários, permite afirmar que os acidentes em áreas urbanas associados a enchentes/inundações são os mais frequentes e, possivelmente os que acarretam maiores prejuízos econômicos, assim como, os escorregamentos são os que têm provocado o maior número de vítimas fatais. Levantamento realizado pelo IPT a partir de notícias de jornal, um total de 1534 pessoas morreram em consequência de escorregamentos no Brasil, entre 1988 e junho de 2004. (Figura 1)

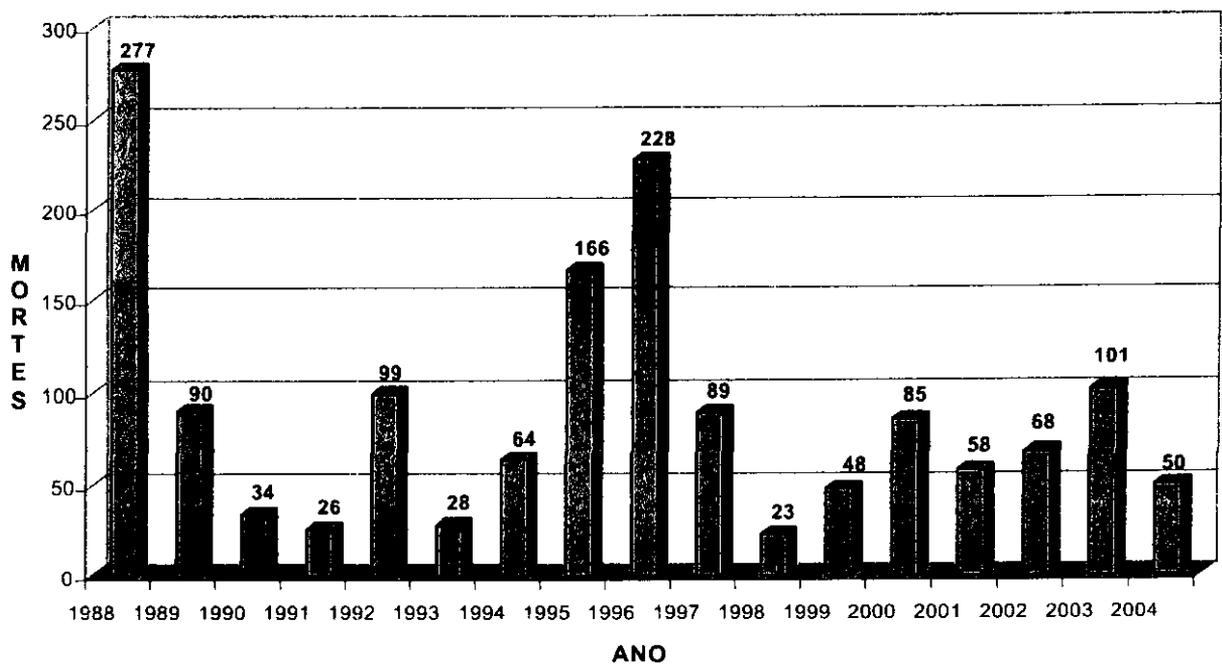


Figura 1. Gráfico com o número de mortos no Brasil vítimas de escorregamentos (deslizamentos), a partir de notícias de jornal. (Fonte: Banco de Dados do IPT)

## 2. ANTECEDENTES

Em princípios de 1988, diversos eventos de escorregamentos (deslizamentos) ocorreram no Brasil, sendo os mais graves o de Petrópolis, com 171 mortes, Rio de Janeiro ( 53 mortes) e litoral de São Paulo, com 17 vítimas fatais (Cubatão, Santos e Ubatuba). O governo de São Paulo, preocupado com as situações de risco de encostas no litoral do Estado, ordenou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG), Instituto Florestal e Instituto de Botânica, que realizassem estudos que levaram ao mapeamento dos problemas e propostas de soluções, dentre as quais estava um Plano Preventivo de Defesa Civil - PPDC. (Macedo et al. 1998)

A partir do segundo semestre de 1988 a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, o IPT e o IG iniciaram a montagem do PPDC. Durante os meses de novembro e dezembro de 1988, as prefeituras municipais da região da Baixada Santista (Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente) e Litoral Norte (Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba) foram contactadas e concordaram em se engajar no esforço de diminuir o número de vítimas fatais causadas por escorregamentos no litoral paulista.

Atualmente, o número de áreas de risco em municípios do estado de São Paulo vem crescendo e com ele a probabilidade de mortes por escorregamentos. A experiência exitosa do litoral de São Paulo, foi levada a outras regiões, com intuito de reduzir ao mínimo as mortes. Foram incorporadas ao sistema PPDC: no ano de 2000, 16 cidades da região do Vale do Paraíba; no ano de 2001, 13 cidades da região de Campinas; em 2003 7 cidades da região de Sorocaba e mais 7 cidades da região do ABCD (Região Metropolitana de São Paulo), totalizando assim 51 cidades monitoradas pelo sistema PPDC.

### **3. OBJETIVOS**

O Plano Preventivo de Defesa Civil - PPDC tem por objetivo principal dotar as equipes técnicas municipais de instrumentos de ação, de modo a, em situações de risco iminente, reduzir a possibilidade de registro de perdas de vidas humanas decorrentes de escorregamentos. O PPDC é, assim, um instrumento de defesa civil importante dos poderes públicos estadual e municipais, para garantir maior segurança aos moradores instalados nas áreas de risco de escorregamentos.

A operação do PPDC corresponde a uma ação de convivência com os riscos presentes nas áreas de ocupação de encostas, em razão da gravidade do problema e a impossibilidade de eliminação, no curto prazo, dos riscos identificados. Assim, o PPDC pode ser considerado uma eficiente medida não-estrutural de gerenciamento de riscos geológicos associados a escorregamentos de encostas, ressaltando-se o pioneirismo de sua implementação no Brasil, estando consonante com a metodologia e técnicas adotadas pelos mais adiantados sistemas de Defesa Civil internacionais e recomendadas pela ONU.

### **4. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA**

A concepção do PPDC baseia-se na possibilidade de serem tomadas medidas anteriormente à deflagração de escorregamentos, a partir da previsão de condições potencialmente favoráveis à sua ocorrência, por meio do acompanhamento dos seguintes

parâmetros: precipitação pluviométrica (chuvas), previsão meteorológica e observações a partir de vistorias de campo.

A metodologia adotada para o desenvolvimento dos trabalhos no PPDC, consiste em manter as áreas de risco atualizadas, os critérios e parâmetros técnicos do Plano adequados às especificidades de cada município e mantendo a capacitação das equipes técnicas municipais por meio de cursos específicos.

Desta forma, trata-se de atividades que procuram, simultaneamente, capacitar os efetivos usuários dos instrumentos técnicos produzidos, bem como testar estes instrumentos na prática.

Os trabalhos envolvem o governo do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), que coordena os trabalhos e fornece previsões meteorológicas, as Regionais de Defesa Civil (REDEC) que coordena os trabalhos em suas regiões de atuação, e os Institutos de Pesquisas (IPT e IG), que são responsáveis pela base técnica do Plano. Nas cidades estão envolvidas as Defesas Civas Municipais (COMDEC), as populações que habitam as áreas de risco e a sociedade organizada. As Defesas Civas dos municípios são responsáveis pelo acompanhamento das chuvas, vistorias das áreas de risco e remoção de moradores. Em situações de emergência, os órgãos estaduais se deslocam para as cidades e auxiliam no que for necessário. A Figura 2 apresenta o fluxo de informações entre as instituições participantes, tendo como exemplo o Plano operado na Baixada Santista e no Litoral Norte.

## **5. COMO FUNCIONA O PPDC**

O PPDC é um sistema estruturado em 4 níveis (Observação, Atenção, Alerta e Alerta Máximo), cada qual com procedimentos diferenciados (Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5). Para a deflagração dos níveis são simultaneamente considerados os seguintes indicadores: índices pluviométricos registrados, previsão meteorológica e manifestações das encostas (trincas no solo e moradias, degraus de abatimento, estruturas rígidas inclinadas, escorregamentos, dentre outras). Ainda para efeito da deflagração dos níveis previstos no PPDC, os índices pluviométricos registrados são expressos na forma de valores acumulados de chuva em três dias e outros parâmetros. Estes indicadores traduzem, associados à previsão meteorológica, a maior ou menor possibilidade de ocorrência de escorregamentos.

O PPDC é implantado ao longo de todo o período chuvoso (desde 1988/89) e, desta forma, no início da operação do Plano a cada ano entra-se no nível de Observação. Neste

nível acompanha-se o comportamento da pluviosidade e da previsão meteorológica. A pluviosidade foi escolhida como o primeiro dos parâmetros a serem monitorados tanto por corresponder ao agente deflagrador dos processos, como pela facilidade de sua medição.

A passagem para o nível de Atenção foi definida a partir do registro de índices pluviométricos críticos associados à previsão de continuidade de chuvas, dada pela meteorologia. Para a definição dos índices críticos de chuva foi utilizado o modelo de correlação entre chuvas e escorregamentos, desenvolvido pelo IPT (Tatizana et al., 1987 a,b). A partir deste modelo, foram analisados os eventos pluviométricos que acarretaram acidentes no passado recente nas áreas de interesse e, com a análise destes eventos pluviométricos considerando o papel do histórico de chuva e da pluviosidade horária que efetivamente deflagra os escorregamentos, estabeleceram-se os índices pluviométricos críticos que variam de 80 a 120 mm de chuvas acumuladas em 3 dias, dependendo das condições naturais e de ocupação de cada cidade.

Atingidos estes índices, e com a indicação da meteorologia quanto à continuidade de chuvas, caracteriza-se a entrada no nível de Atenção, que remete às vistorias das áreas de risco anteriormente identificadas, para verificação da ocorrência de novas manifestações das encostas conforme já mencionado. Se constatadas tais situações passa-se ao nível de Alerta e procede-se à remoção preventiva e temporária da população em risco iminente.

No caso de registro de escorregamentos, associados à previsão de ocorrência de novas chuvas, entra-se no nível de Alerta Máximo e procede-se à remoção de toda a população instalada nas áreas de risco.

Quando se inicia a operação do Plano (mês de dezembro) as equipes técnicas do IPT, IG e das Defesas Civas permanecem em plantão 24 horas, acompanhando os índices pluviométricos, meteorologia e os resultados das vistorias de campo, realizadas pelas equipes das Defesas Civas municipais. A partir da identificação de situações de risco iminente, já no nível de Alerta, as equipes do IPT, IG e da Defesa Civil estadual deslocam-se para os municípios, onde auxiliam e dão assessoria às equipes municipais.

Todos os anos, desde 1990, as equipes municipais recebem curso de treinamento para operar o sistema. Até 2003 foram mais de 90 cursos com pelo menos 3000 pessoas, entre técnicos municipais, população de áreas de risco e outros interessados. O conteúdo dos cursos inclui temas sobre Defesa Civil, deslizamentos em solo e rocha, técnicas expeditas de avaliação de risco, utilizadas nas vistorias de campo. Os cursos são ministrados para os técnicos da Defesa Civil Municipal, moradores de áreas de risco, bombeiros, policiais, políticos e outros interessados da comunidade.

## 6. CONCLUSÕES

Para as Defesas Cíveis municipais o PPDC proporcionou condições para o seu efetivo funcionamento, chegando em algumas cidades a promover a própria criação da COMDEC. Ainda para os municípios a formação de equipes técnicas, o início de trabalhos de planejamento urbano, fiscalização e controle da ocupação.

Para a Defesa Civil Estadual - CEDEC iniciou-se uma nova fase com a implantação de sistemas preventivos, ao contrário da doutrina então vigente, de socorrer vítimas.

Para os Institutos de Pesquisa proporcionou a formação de equipes técnicas e o desenvolvimento de pesquisas pioneiras no país.

Os bons resultados alcançados proporcionou o maior desenvolvimento dos mapeamentos de riscos, tanto de escorregamentos como de outros processos, como por exemplo inundações. A repercussão junto à comunidade em geral tem sido excelente, visto os vários cursos e palestras ministradas e as dezenas de reportagens em televisão, rádio, jornais e revistas.

O número de vítimas fatais diminui drasticamente desde a implantação do PPDC, de tal forma que se planeja a sua expansão para todas as áreas de risco de São Paulo, nos próximos anos.

## 7. BIBLIOGRAFIA

MACEDO, E.S.; OGURA, A.T.; SANTORO, J. Landslides warning system in Serra do Mar slopes, São Paulo, Brazil. In: INTERNATIONAL IAEG CONGRESS, 8, 1998, Vancouver (Canadá). **Proceedings...**Rotterdam: A.A. Balkema, 1998. P. 1967-1971.

TATIZANA, C. *et al.* Análise da correlação entre chuvas e escorregamentos na Serra do Mar, município de Cubatão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA, 5, São Paulo,SP. **Anais...**São Paulo:ABGE, 1987a, v.2, p. 225-236.

TATIZANA, C. *et al.* Modelamento numérico da análise de correlação entre chuvas e escorregamentos na Serra do Mar, município de Cubatão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA, 5, São Paulo,SP. **Anais...**São Paulo:ABGE, 1987b, v.2, p. 237-248.

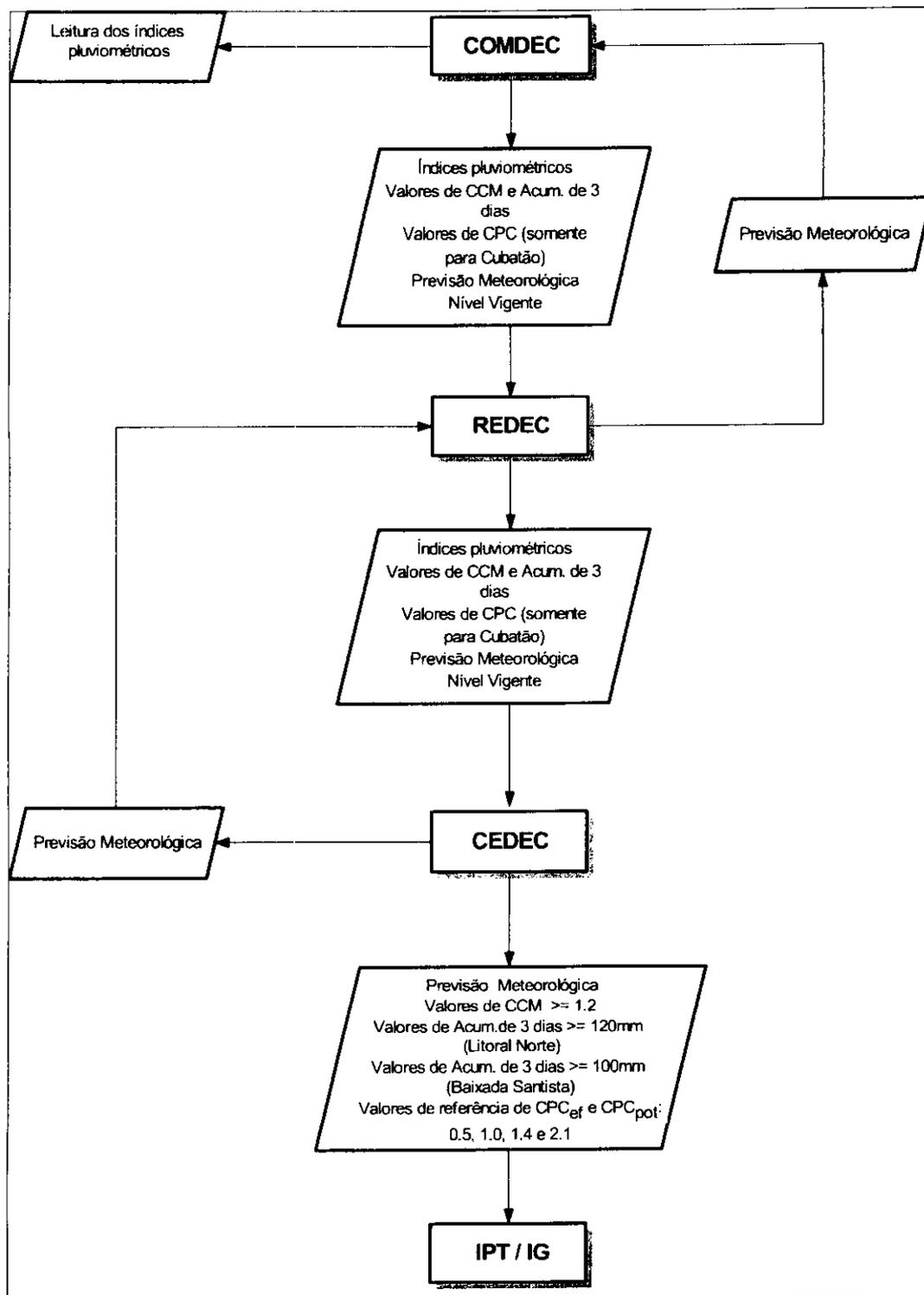


Figura 2 Fluxo de informações entre as instituições que participam do PPDC. Exemplo da Baixada Santista e Litoral Norte

<b>NÍVEL</b>	<b>CRITÉRIO DE ENTRADA DOS NÍVEIS</b>	<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>
<b>OBSERVAÇÃO</b>	Início do PPDC 1º de dezembro	Acompanhamento dos índices pluviométricos
<b>ATENÇÃO</b>	Acumulado de chuva em 3 dias E previsão meteorológica	Vistorias de campo nas áreas de risco
<b>ALERTA</b>	Registro de feições de instabilidade nas áreas de risco ou suas proximidades	Remoção preventiva dos moradores das áreas de risco iminente
<b>ALERTA MÁXIMO</b>	Registro de escorregamentos nas áreas de risco ou em suas proximidades E Previsão meteorológica	Remoção dos habitantes de todas as áreas de risco

Tabela 1. Níveis do PPDC, critérios de entrada nos níveis e ações correspondentes.

<b>NÍVEL</b>	<b>ATENÇÃO</b>
<b>CRITÉRIOS DE ENTRADA</b>	Acumulado de chuvas $\geq 100$ mm em 3 dias e previsão de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade OU CCM $\geq 1,2$ e previsão de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO e precipitação a partir de MODERADA A FORTE.
<b>CRITÉRIOS DE SAÍDA</b>	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade E Acumulado de chuvas $< 100$ mm em 3 dias e CCM $< 1,2$ E Consultar IPT e IG através da REDEC, caso a COMDEC julgue necessário
<b>COMDEC</b>	-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Realizar VISTORIAS de campo visando verificar a ocorrência de escorregamentos e feições de instabilização. Devem ser iniciadas pelas áreas de risco; -Transmissão a REDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente; -Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.
<b>REDEC</b>	-Recepção do comunicado de MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar à CEDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Recepção do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica; -Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente; -Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.
<b>CEDEC</b>	-Transmissão à REDEC, IPT e IG da previsão meteorológica; -Transmissão ao IPT e IG da MUDANÇA DE NÍVEL; -Convocar reunião da Comissão Executiva do PPDC.
<b>IPT/IG</b>	-Manter técnicos em plantão para acompanhamento e análise da situação; -Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do PPDC.

Tabela 3 Responsabilidades e ações de cada uma das instituições no nível de Atenção

<b>NÍVEL</b>	<b>ALERTA</b>
<b>CRITÉRIOS DE ENTRADA</b>	Registro de trincas, degraus ou qualquer outra feição de instabilidade que indique a possibilidade de escorregamentos observada através de vistoria de campo , tanto nas áreas de risco quanto fora delas.
<b>CRITÉRIOS DE SAÍDA</b>	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade E Restauração dos sistemas de drenagem e recuperação das vias de acesso e circulação E Parecer favorável do IPT e IG, inclusive quanto à necessidade de execução do conjunto de medidas previstas neste nível.
<b>COMDEC</b>	-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Realizar VISTORIAS de campo; -RETIRADA da população das áreas de risco iminente; -Transmissão a REDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente; -Agilizar os meios necessários para POSSÍVEL retirada da população das demais áreas de risco; -Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.
<b>REDEC</b>	-Recepção do comunicado de MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar à CEDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Recepção do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica; -Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente; -Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.
<b>CEDEC</b>	-Transmissão à REDEC, IPT e IG da previsão meteorológica; -Acionar técnicos do IPT e IG para deslocamento; -Deslocamento de técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares; -Suplementar os meios logísticos e operacionais para deslocamento dos técnicos do IPT e IG; -Agilizar os meios logísticos e operacionais complementares para as COMDECs quando solicitados; -Convocar reunião da Comissão Executiva do PPDC.
<b>IPT/IG</b>	-Deslocar técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares; -Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do PPDC.

Tabela 4 Responsabilidades e ações de cada uma das instituições no nível de Alerta

<b>NÍVEL</b>	<b>ALERTA MÁXIMO</b>
<b>CRITÉRIOS DE ENTRADA</b>	Registro de ocorrência de qualquer escorregamento nas áreas de risco ou em suas proximidades E Previsão de ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade.
<b>CRITÉRIOS DE SAÍDA</b>	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade E Restauração dos sistemas de drenagem e recuperação das vias de acesso e circulação E Parecer favorável do IPT e IG, inclusive quanto a uma necessidade de execução do conjunto de medidas previstas neste nível.
<b>COMDEC</b>	-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Proceder a retirada da população das áreas de risco e demais áreas necessárias; -Transmissão a REDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente; -Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.
<b>REDEC</b>	-Recepção do comunicado de MUDANÇA DE NÍVEL; -Comunicar à CEDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL; -Recepção do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica; -Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, CCM, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente; -Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.
<b>CEDEC</b>	-Transmissão à REDEC, IPT e IG da previsão meteorológica; -Acionar técnicos do IPT e IG para deslocamento; -Deslocamento de técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares; -Suplementar os meios logísticos e operacionais para deslocamento dos técnicos do IPT e IG; -Apoio logístico e operacional para as COMDECs; -Convocar reunião da Comissão Executiva do PPDC.
<b>IPT/IG</b>	-Deslocar técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares; -Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do PPDC.

Tabela 5 Responsabilidades e ações de cada uma das instituições no nível de Alerta Máximo



# PREFEITURA DE VALINHOS

Ofício nº 917/2013-DTL/SAJ/IP

Valinhos, em 11 de outubro de 2013.

Ref.: **Requerimento nº 1096/13-CMV**  
**Vereador João Moysés Abujadi**  
**Processo administrativo nº 14.775/13-PMV**

*Lourivaldo Messias de Oliveira*  
A O Legislativa  
DEFIRO PARA PROVIDÊNCIAS  
G.P., Em 24 / 10 / 2013  
Lourivaldo Messias de Oliveira  
Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumprimentando Vossa Excelência, COMUNICO que as informações solicitadas no requerimento em epígrafe, relativa ao Programa de Prevenção e Preparação para Desastres – PPED do Governo Federal, serão prestadas em 15 dias, nos termos do artigo 80, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e já patenteado respeito.

*Clayton Roberto Machado*  
CLAYTON ROBERTO MACHADO  
Prefeito Municipal

A  
Sua Excelência, o senhor  
**LOURIVALDO MESSIAS DE OLIVEIRA**  
Presidente da Egrégia Câmara Municipal de  
Valinhos

*Clayton Roberto Machado*  
Câmara Municipal de Valinhos

Número de Protocolo <b>01642/2013</b>	Data de Protocolo: 14/10/2013 Hora do Protocolo: 17:25:00
	Interessado: PREFEITURA DE VALINHOS
	Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
	Espécie: OFÍCIO
	Número: OF. Nº 917/2013-DTL/SAJ Documento: 11/10/2013
Assunto: REQ. 1096/13-CMV VEREADOR JOÃO MOYSES ABUJADI PROC. ADM. Nº 14.775/13	